



PODER JUDICIÁRIO
11ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR
DIRFO11CJM/NUACO-DF11CJM

MINUTA DE CONTRATO DE SERVIÇOS COMUNS - LICITAÇÃO

Contrato n.º XX/2026 celebrado entre a DIRETORIA DO FORO DA 11ª CJM e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 64 aparelhos de ar-condicionado do tipo split de parede, marca Fujitsu, modelo INVERTER, pelo prazo de 24(Vinte e Quatro) meses, instalados no Edifício-Sede das Auditorias da 11ª CJM, com fornecimento de toda a mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários ao perfeito funcionamento dos aparelhos, com eventuais reposições de peças e eventuais remanejamentos e/ou instalações de novos aparelhos, sob demanda da Contratante, de acordo com o Termo de Referência n.º 008/2026-DIRF 11ª CJM (xxxx).

A DIRETORIA DO FORO DA 11ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR, registrada no CNPJ/MF sob o n.º 00.497.552/0027-96, com sede no Setor de Autarquias Sul - Quadra 03 - Lote 3A - Térreo, Asa Sul, em Brasília, DF, neste ato representada pela Diretora do Foro, Dra. Flávia Ximenes Aguiar de Sousa, com fundamento no Art. 17, inciso VIII, da Resolução n.º 80, de 29 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Regulamento da Corregedoria da Justiça Militar da União e da Primeira Instância da Justiça Militar da União, modificada pela Resolução n.º 261, de 26 de fevereiro de 2019, doravante denominada CONTRATANTE, e a, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, sediada na, doravante designada CONTRATADA, *neste ato representada por* (nome e função no contratado), [conforme atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo SEI n.º 000121/26-11.305 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 90001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em 64 (sessenta e quatro) aparelhos de ar-condicionado do tipo split de parede, marca Fujitsu, modelo INVERTER, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, instalados no Edifício-Sede das Auditorias da 11ª CJM, com fornecimento de toda a mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários ao perfeito funcionamento dos aparelhos, com eventuais reposições de peças e eventuais remanejamentos e/ou reinstalações de aparelhos abrangidos pelo objeto, sob demanda da Contratante, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD. 24 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PARA 12 MESES	VALOR 24 MESES
1	Item A = Manutenção preventiva e corretiva. (Valor Fixo)	Mês	24	R\$	R\$	R\$
	Item B = Reposição eventual de peças por demanda.	UND.	-	-	R\$	R\$
	Item C = Prestação dos serviços eventuais de remanejamento de aparelhos por demanda.	UND.	6	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (Item A + Item B + Item C)						R\$

A - SERVIÇOS: Manutenção preventiva e corretiva (fixo):

ESPECIFICAÇÃO - A	QUANTIDADE DE APARELHOS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES	VALOR TOTAL PARA 24 MESES
Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, compreendendo mão de obra, ferramentas, equipamentos, deslocamentos e insumos ordinários necessários à execução das rotinas de manutenção, excluídas as peças de reposição e os serviços eventuais de remanejamento/instalação, que serão medidos e pagos separadamente, quando	64	R\$	R\$	R\$

demandados e previamente autorizados pela Administração.				
VALOR GLOBAL TOTAL (24 meses)				R\$ R\$

B - PEÇAS: Reposições eventuais por demanda.

PEÇA	ESPECIFICAÇÃO - B	MODELOS	UNIDADE	QUANTIDADE E ESTIMADA PARA 24 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PARA 12 MESES	VALOR TOTAL 24 meses
1	Bomba para dreno ar Split 9.000 a 27.000BTU'S 220V 13 litros/hora	-	UND.	2	R\$	R\$	R\$
2	Compressor Rotativo 9.000 e 12.000 BTU's	AOBR09JGC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
		AOBR12JGC					
3	Compressor Rotativo 18.000 BTU's	AOBR18JCC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
4	Compressor Rotativo 24.000 BTU's	AOBR24JCC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
5	Compressor Rotativo 27.000 BTU's	AOBR30JCT	UND.	2	R\$	R\$	R\$
6	Disjuntor 25a	-	UND.	8	R\$	R\$	R\$
7	Filtro de ar evaporadora 9.000, 12.000, 18.000, 24.000 e 27.000 BTU's	ASBA09JGC	UND.	16	R\$	R\$	R\$
		ASBA12JGC					
		ASBA18JCC					
		ASBA24JCC					
		ASBA30JCC					
8	Hélice do Condensador Split de 9.000 e 12.000 BTU's	AOBR09JGC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
		AOBR12JGC					
9	Hélice do Condensador Split de 18.000 e 24.000 BTU's	AOBR18JCC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
		AOBR24JCC					
10	Hélice do Condensador Split de 27.000 BTU's	AOBR30JCT	UND.	2	R\$	R\$	R\$
11	Motor Ventilador Condensadora 9.000 e 12.000 BTU's	AOBR09JGC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
		AOBR12JGC					
12	Motor Ventilador Condensadora 18.000 e 24.000 BTU's	AOBR18JCC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
		AOBR24JCC					
13	Motor Ventilador Condensadora 27.000 BTU's	AOBR30JCT	UND.	2	R\$	R\$	R\$
14	Placa Eletrônica Evaporadora de 9.000 e 12.000 BTU's	ASBA09JGC	UND.	4	R\$	R\$	R\$
		ASBA12JGC					
15	Placa Eletrônica Evaporadora de 18.000 BTU's	ASBA18JCC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
16	Placa Eletrônica Evaporadora de 24.000 BTU's	ASBA24JCC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
17	Placa Eletrônica Evaporadora de 27.000 BTU's	ASBA30JCC	UND.	2	R\$	R\$	R\$

18	Placa Eletrônica Condensadora de 9.000 BTU's	AOBR09JGC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
19	Placa Eletrônica Condensadora de 12.000 BTU's	AOBR12JGC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
20	Placa Eletrônica Condensadora de 18.000 BTU's	AOBR18JCC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
21	Placa Eletrônica Condensadora de 24.000 BTU's	AOBR24JCC	UND.	2	R\$	R\$	R\$
22	Placa Eletrônica Condensadora de 27.000 BTU's	AOBR30JCT	UND.	2	R\$	R\$	R\$
23	Sensor de Temperatura 9.000 a 12.000 BTU's	AOBR09JGC	UND.	8	R\$	R\$	R\$
		AOBR12JGC					
24	Sensor de Temperatura 18.000, 24.000 e 27.000 BTU's	AOBR18JCC	UND.	8	R\$	R\$	R\$
		AOBR24JCC					
		AOBR30JCT					
25	Sensor de Congelamento de 9.000, 12.000, 18.000, 24.000 e 27.000 BTU's	AOBR09JGC	UND.	12	R\$	R\$	R\$
		AOBR12JGC					
		AOBR18JCC					
		AOBR24JCC					
		AOBR30JCT					
26	Turbina para Split de 9.000 e 12.000 BTU's	ASBA09JGC	UND.	4	R\$	R\$	R\$
		ASBA12JGC					
27	Turbina para Split de 18.000, 24.000 e 27.000 BTU's	ASBA18JCC	UND.	4	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL DAS PEÇAS						R\$	R\$

C - SERVIÇOS EVENTUAIS: Prestação dos serviços eventuais de remanejamento de aparelhos por demanda.

ESPECIFICAÇÃO - C	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 24 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (Fase de Lances)	VALOR 24 MESES
Serviços de remanejamento / instalação de ar condicionado tipo split com fornecimento de material.	UND.	6	R\$	R\$	R\$

1.3. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta da Contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), devendo essa publicação acontecer no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a partir de sua assinatura.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- 2.1.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.1.4.. Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação; e
 - 2.1.1.4.1. A fiscalização, até 180 (cento e oitenta) dias do término da vigência contratual, deverá expedir comunicado à Contratada para que esta manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, o seu interesse na prorrogação.
- 2.1.1.5. Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando for identificado registro no CADIN em nome da Contratada (art. 6º-A da [Lei nº 10.522, de 2002](#)).

2.6.1. O Contratante poderá, entendendo conveniente, conceder prazo para regularização do registro no CADIN, antes de descartar a prorrogação do contrato como o instrumento apto a atender a necessidade pública.

2.6.2. Caso a contratada regularize o registro no CADIN depois que o Contratante já iniciou o planejamento para atendimento da necessidade pública por outros meios, a Administração poderá, entendendo conveniente, reconsiderar sua decisão inicial, optando pela renovação, desde que cumpridos todos os outros requisitos para a prorrogação.

2.6.3. Havendo fundamentado risco de prejuízo com a não prorrogação do contrato, como, exemplificativamente, a interrupção do serviço contínuo, a Administração poderá, desde que demonstrado que a renovação é a forma mais adequada de evitá-lo, prorrogar a contratação, a despeito da manutenção do registro no CADIN, pelo período necessário para a conclusão da licitação que selecionará o próximo prestador de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária creditada na conta corrente nº xxxxxxxx, Agência nº xxxx, do Banco xxxxxxxx.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. O reajuste e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. As obrigações do Contratante e demais condições a elas referentes encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da Contratada e demais condições a elas referentes encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As Infrações e Sanções Administrativas e demais condições a elas referentes encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Ainda que a extinção unilateral não seja analisada de forma concomitante com a apuração de responsabilidade para fins de aplicação de penalidade administrativa, serão resguardados os seguintes prazos para a Contratada no processo de extinção:

12.2.1.1. prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação da contratada, para exercício da ampla defesa e do contraditório;

12.2.1.2. prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação da contratada, para alegações finais, nos casos de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis para a decisão de extinção unilateral;

12.2.1.3. prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação da contratada, para recurso administrativo (art. 165, I, e), da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1.4. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações serão enviadas, mediante Intimação Eletrônica, regulamentada pelo [Ato Normativo STM nº 430, de 2020](#).

12.2.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. O Contratante poderá ainda:

12.5.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela contratada, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria;

12.5.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes da contratação.

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se consiste que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que delas seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a pessoa jurídica contratada tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme art. 2º, inciso VI, da [Resolução CNJ nº 07, de 2005](#), seguindo o definido no Ato Normativo STM nº 640, de 2023 (3205183);

12.7.1. Essa vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada contratou empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de ministros ou juizes da respectiva Auditoria contratante, conforme [art. 3º da Resolução CNJ nº 07, de 2005](#), seguindo o definido no Ato Normativo STM nº 640, de 2023 (3205183).

12.9. Considerando que os equipamentos de ar-condicionado atualmente instalados são de propriedade do locador do imóvel e que se encontra em curso processo administrativo para definição de sede definitiva da 11ª CJM, eventual alteração de endereço poderá implicar na descontinuidade da utilização dos equipamentos atualmente existentes ou na adoção de novo sistema de climatização.

12.10 Na hipótese prevista no subitem anterior, caso haja alteração substancial das condições que fundamentaram a contratação, o Contratante poderá promover a adequação do objeto contratual, com a correspondente revisão quantitativa e/ou qualitativa dos serviços, observados os limites legais, ou, se inviável a continuidade da execução, proceder à extinção antecipada do contrato, mediante decisão devidamente motivada.

12.11. Na hipótese de extinção antecipada por motivo superveniente de interesse público, será assegurado à contratada o pagamento pelos serviços efetivamente prestados até a data da extinção, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1 Gestão/Unidade: 00001/060030;

13.1.2. Programa de Trabalho: 167544 - JUPROC - Julgamento de Processos e Gestão Administrativa

13.1.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.17 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e 3.3.90.30.25 - Material de Consumo.

13.1.4. Nota de Empenho: **xxxxxx**2026

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na [Lei n.º 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. O regramento sobre alterações contratuais e demais condições a elas referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

Brasília - DF.

FLÁVIA XIMENES AGUIAR DE SOUSA

Juíza Federal da Justiça Militar / Diretora do Foro das Auditorias da 11ª CJM
Ordenadora de Despesas

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MENDES DE MELO, COORDENADOR ADMINISTRATIVO**, em 11/05/2026, às 11:14 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA XIMENES AGUIAR DE SOUSA, JUÍZA FEDERAL DA JUSTIÇA MILITAR**, em 12/05/2026, às 16:04 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4931919** e o código CRC **E8628833**.